



Exército do Lula volta ao ar; “posts” só em 48h

Canal torna a funcionar no WhatsApp. Novas mensagens podem ser publicadas assim que passar período imposto por Nunes Marques

» RENATO SOUZA
» ARMANDO HOLANDA
» ALÍCIA BERNARDES

Depois de uma série de decisões e reviravoltas, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, autorizou, ontem, o funcionamento do canal Exército do Lula no WhatsApp. No entanto, novas mensagens só podem ser publicadas em 48 horas. O magistrado não deixou claro, na decisão, se a suspensão de novas publicações valeriam de imediato ou apenas depois da análise de eventuais recursos.

“Os endereços preexistentes não informados no RRC (Requerimento de Registro de Candidatura) ou no DRAP (Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários) somente poderão ser utilizados em campanha 48 horas após seu registro na Justiça Eleitoral”, disse o ministro na decisão, que suspendera o canal em atendimento a pedido da campanha de Flávio Bolsonaro (PL). O Exército do Lula conta com 4,3 milhões de inscritos e foi criado pelo deputado federal André Janones (Rede-MG), que manteve a atividade do canal após determinação.

Porém, a decisão de Nunes Marques não quer dizer que o ambiente no TSE se amenizou. O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, reiterou, em caráter de urgência, o pedido para que o plenário da Corte analise sua decisão sobre o Exército do Lula. Inicialmente, o presidente do TSE suspendeu decisão de Cueva, que tinha liberado o canal no domingo e censurou o grupo — e condicionou a reativação ao cumprimento de exigências da Justiça Eleitoral.

A atuação de Nunes Marques tem provocado incômodo nos bastidores da Corte. Auxiliares de ministros

Luiz Roberto/TSE



Nunes Marques (C) reuniu-se com as campanhas de Lula e Flávio para o fechamento de um acordo a fim de não congestionar o TSE com contestações

ouvidos pelo **Correio** avaliam que as medidas adotadas pelo ministro extrapolam os limites da fiscalização eleitoral e podem abrir precedentes problemáticos para a mobilização política nas redes sociais.

Um dos principais questionamentos sobre a atuação do presidente do TSE diz respeito à possibilidade de exigir que grupos criados espontaneamente por pessoas físicas prestem informações à Justiça Eleitoral. Na avaliação desses interlocutores, caso cada cidadão responsável por uma iniciativa semelhante seja obrigado a comunicar sua existência ao TSE, a Corte enfrentaria um cenário de difícil administração, além de impor obstáculos à participação política dos eleitores.

Outro ponto levantado é que o Exército do Lula, embora funcione

como instrumento de mobilização a favor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não integrava a estrutura oficial da campanha à reeleição. Para auxiliares de ministros, a distinção entre uma iniciativa independente de apoiadores e uma ferramenta coordenada diretamente por uma postulação precisa ser considerada antes da adoção de medidas restritivas.

Precedentes

Há, ainda, a preocupação de que a atuação de Nunes Marques crie um precedente capaz de atingir outras manifestações espontâneas de apoio político. Para eles, o TSE precisa diferenciar a fiscalização de eventuais irregularidades eleitorais

de medidas que possam restringir a livre organização de eleitores na campanha.

Nunes Marques reuniu-se com as campanhas de Lula e do senador Flávio Bolsonaro (PL). Segundo o presidente do PT, Edinho Silva, “foi uma reunião onde o presidente (do TSE) propôs uma conduta para diminuir a judicialização da campanha. Evidentemente que a nossa posição é colaborativa, mas claro sempre vamos defender a campanha do presidente Lula”. Além do presidente da Corte, estiveram no encontro o ministro André Mendonça, vice-presidente do TSE, e a ministra Estela Aranha.

Edinho, aliás, disse que a campanha de Lula pediu ao TSE que o Exército do Lula não seja considerado um meio oficial da campanha.

O canal foi registrado na Corte para atender a determinação de Nunes Marques. “Na nossa compreensão, o canal tem que ser autônomo, porque ele é uma iniciativa de organização da sociedade civil por meio das redes sociais”, explicou.

Já a ex-ministra do TSE e advogada de Flávio, Maria Claudia Buchianeri, frisou que as campanhas tentarão costurar consensos que serão levados à Corte para diminuir o número de ações de parte a parte. “Os ministros estão pensando em maneiras de reduzir a judicialização das campanhas. Isso passa por um compromisso de cumprir as metas firmadas. Mas passa, também, por pensar formas de evitar a repetição ou o cometimento de ilícitos. As plataformas precisam ajudar”, disse.

Indução às decisões

O deputado André Janones (Rede-MG) acusou a campanha de Flávio Bolsonaro de “litigância de má-fé” para “induzir” as decisões do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, contra o Exército do Lula no WhatsApp. Segundo o parlamentar, a informação teria sido repassada por uma pessoa ligada à campanha do senador, mas não apresentou provas que confirmassem a suposta estratégia.

Janones, porém, admitiu ter apagado mais de 500 mensagens do canal, afirmando que as excluía após o cumprimento das tarefas propostas aos participantes. O parlamentar negou que houvesse tentativa de ocultar conteúdos irregulares. Só que, agora, não apagará nada para evitar que isso volte a alimentar suspeitas.

Segundo Janones, as mensagens eram retiradas para evitar o acúmulo de orientações e facilitar o acompanhamento da mobilização. Citou como exemplo áudios em que pedia aos integrantes que atraíssem novos participantes em determinado prazo. Depois que as metas eram alcançadas, as publicações perdiam a finalidade. Também explicou que apagava listas de perfis que recomendava aos apoiadores para ampliar o alcance de páginas alinhadas ao campo progressista.

Ele sustentou que os conteúdos excluídos permaneceram registrados. Janones disse que mensagens recuperadas nos autos demonstram que não eram disseminação de notícias falsas — e teriam sido confirmadas por análise técnica do TSE. (AB)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula faz “guerra de movimento”; Flávio aposta na “guerra de posições”

O prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) tornou-se célebre sobretudo por explicar a lógica dos conflitos. Militar desde os 12 anos, enfrentou as forças napoleônicas, serviu no Exército russo, na batalha de Borodino, e participou da campanha de Waterloo, combatendo em Wavre. Morreu de cólera e deixou os manuscritos de *Da Guerra*, publicados por sua mulher, Marie von Brühl. “A guerra como continuação da política por outros meios”, seu conceito mais conhecido, subordina a ação militar ao objetivo político.

Clausewitz compreendeu que superioridade material não assegura vitória. Moral, capacidade de comando, concentração de forças e acontecimentos imprevistos podem mudar uma batalha. A estratégia exige identificar o centro de gravidade do adversário: aquilo que sustenta sua capacidade de resistir.

Neste segundo turno, essa reflexão ajuda a compreender como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disputa a reeleição, e Flávio Bolsonaro, que chegou à frente no primeiro turno, procuram explorar vulnerabilidades e/ou recuperar a iniciativa política.

O jornalista e pensador marxista Antonio Gramsci (1891-1937) fez o caminho inverso, ao transportar conceitos militares para a disputa política. Preso pelo fascismo, nos *Cadernos do Cárcere* elaborou conceitos de poder político que combinam coerção e consentimento. Segundo ele, nas sociedades ocidentais, partidos, igrejas, associações e instituições culturais constituem defesas profundas da ordem social. Por isso, como estamos vendo agora, a conquista do governo não basta para ter a direção da sociedade.

No conceito gramsciano, a guerra de movimento é a ofensiva política direta, enquanto a guerra de posições é a disputa prolongada por organização, alianças e hegemonia. Não se trata de fazer passeatas ou jogar parado. Por analogia, no segundo turno, Lula tenta modificar rapidamente a dinâmica eleitoral, enquanto Flávio procura consolidar as vantagens políticas e sociais que o levaram à dianteira. Ambos combinam movimento e posição, mas com prioridades diferentes.

O resultado do primeiro turno impôs ao presidente a necessidade de sair da defensiva. Flávio obteve 47,03% dos

votos válidos, contra 45,16% de Lula. O petista precisou romper a impressão de derrota antecipada, reanimar sua base e busca alcançar eleitores que não escolheram nenhum dos finalistas. Seu adversário pretende transformar a vantagem inicial em maioria de votos válidos e evitar um julgamento dos riscos de seu próprio programa.

A retomada das ruas é parte da ofensiva de Lula. A manifestação na Avenida Paulista, no domingo, e o ato em Copacabana, na segunda-feira, acompanhado de mobilizações em outras cidades, devolveu ao petista a força das ruas. Essa mobilização produz imagens para as redes e estimula conversas fora dos círculos partidários. A aposta é transformar entusiasmo em comparecimento e persuasão. Multidões reunidas, porém, por si mesmas, não medem a transferência de votos.

Conflito de mensagens

A pesquisa PoderData/Aya, divulgada ontem, oferece um sinal favorável a Lula: o presidente passou de 47% para 49% dos votos válidos, enquanto Flávio recuou de 53% para 51%. A distância caiu

de seis para dois pontos percentuais. A pesquisa ouviu 3 mil eleitores, entre 10 e 12 de outubro, com margem de erro de 1,8 ponto. A reação é compatível com a retomada da iniciativa petista, mas atribuí-la somente às manifestações seria precipitado. As entrevistas ocorreram durante os atos.

A Nexus, realizada no mesmo período, registra Flávio com 52% e Lula com 48% dos votos válidos. Ouviu 2.002 eleitores, com margem de dois pontos. Mais revelador é que 92% declaram ter decidido o voto e apenas 7% admitem mudar. Como esta é a primeira rodada da Nexus depois do primeiro turno, ela não oferece uma comparação equivalente à da PoderData. A diferença entre os institutos não comprova que um captou o efeito das ruas e o outro deixou de percebê-lo.

Flávio pretende consolidar suas posições ao adotar como estratégia de campanha a “guerra de posições”, com apoio de governadores, prefeitos e estruturas locais de poder. O encontro em São Paulo com Tarcísio de Freitas e Ricardo Nunes ilustra uma campanha orientada a organizar apoios, reduzir abstenções e disputar indecisos, agora com apoio de aliados eleitos

que ficaram neutros no primeiro turno.

Ao negar que eliminará benefícios sociais ou reajustes do salário mínimo, Flávio procura impedir que a ofensiva de Lula abra uma brecha entre o eleitor conservador e o eleitor economicamente vulnerável. Por essa razão, resolveu apoiar a aprovação do fim da jornada 6 x 1, em votação no Senado. Ontem, Lula dobrou a aposta na sua “economia do afeto”: anunciou que fara um Desenrola para os microempreendedores individuais (MEIs) e ainda dará um Pix de R\$ 5 mil para cada um deles comprar equipamentos, a fundo perdido.

No WhatsApp, a disputa está acirrada. O crescimento do Exército do Lula, organizado por André Janones, levou o Bolsonaro a reagir com a Tropa do Flávio e ações judiciais. A suspensão do canal petista por Kassio Nunes Marques, posteriormente revertida, transformou a circulação de mensagens em batalha institucional. Para Lula, preservar esse instrumento é vital para o êxito da “guerra de movimento”. Neutralizar essa iniciativa, para Flávio, porém, desloca o centro da disputa eleitoral para a “guerra de posições”, onde está em boa vantagem.